

## Contam-se nos dedos da mão erros da “lava jato”, afirma Barroso

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, elogiou o andamento da operação “lava jato” e seus atores em entrevista à revista *Veja* publicada nesta semana. “Acho que já houve erros, já houve maus momentos, mas numa operação que já dura três anos, fiscalizada pelos melhores advogados do país e por toda a imprensa, se contam nos dedos de uma mão os erros cometidos.”

Carlos Humberto/SCO/STF



Ministro Roberto Barroso elogiou Moro, criticou foro especial e disse que ativismo judicial nem sempre é negativo.  
Carlos Humberto/SCO/STF

Barroso afirmou que o juiz Sergio Fernando Moro é “sério, sóbrio” e não “se deixou contaminar pela celebridade”. Disse também que os “rapazes” do Ministério Público Federal em Curitiba “estão fazendo uma revolução no Brasil, dentro da Constituição e das leis”.

Para ele, as investigações sobre corrupção na Petrobras e em outros órgãos públicos aprofundaram mudanças no país iniciadas na Ação Penal 470, o processo do mensalão: “mudança de paradigma na impunidade, na leniência e no compadrio que tradicionalmente existiram no Brasil”.

### **Ativismo, drogas, aborto**

O ministro também declarou que, embora o conceito de ativismo judicial tenha adquirido visão negativa, a prática é legítima para proteger regras do jogo democrático e direitos fundamentais, como a decisão do Supremo que permitiu a união homoafetiva.

Outro julgamento considerado correto pelo ministro foi o que proibiu o financiamento eleitoral. Embora a regra deveria ter sido adotada pelo Congresso, “o modelo era inconstitucional, por violar princípios mínimos de decência política e moralidade”.

Barroso também voltou a dizer que o foro por prerrogativa de função foi criado com intenção legítima de dar proteção institucional à autoridade, porém acabou gerando impunidade. Segundo ele, o foro especial deveria ser restrito a algumas poucas autoridades.



Enquanto isso não acontece, deveria ser limitado aos atos praticados pelo parlamentar em razão do cargo. Ele calcula que essa nova interpretação representaria redução de 93% dos processos no Supremo.

Como já fez em outras oportunidades, Barroso defendeu a descriminalização da maconha: ele propõe tratá-la como o cigarro, um produto lícito, altamente regulado, proibido para menores, com restrições à publicidade. “Nas últimas décadas, o percentual da população que fuma caiu de 34% para 15%, ao passo que o consumo das drogas só aumentou”, justificou.

O ministro ainda declarou ser contra o aborto, mas defendeu a descriminalização da prática, para se tornar rara e segura. “A criminalização impede que as mulheres pobres recorram ao sistema público de saúde. É uma política que discrimina e penaliza as mulheres pobres.”

**Date Created**

08/04/2017